

A PRODUÇÃO FAMILIAR: A QUESTÃO CONCEITUAL

João Carlos Nery de Brito*

RESUMO — Os agricultores com suas economias de estrutura familiar são denominados de “pequenos produtores”, “pequenos agricultores”, “colonos”, “camponeses”, “trabalhadores rurais” dentre outras definições. Tais definições terminam por indicar um tipo peculiar de atividade econômica. A **diferenciação**¹ existente entre as famílias produtoras contribui para a dificuldade de se estabelecer conceito que represente a realidade de modo a propiciar entendimento comum. No entanto, a lógica de funcionamento destas economias – voltadas para o atendimento das necessidades das próprias famílias, e não para a acumulação do capital na forma capitalista – terminam por apresentar traços comuns a essas atividades, possibilitando classificá-las como economias de **produção familiar**. O conceito de **produção familiar**, portanto, comporta as definições que possam ser atribuídas a essas atividades econômicas desenvolvidas por famílias agricultoras ou operárias urbanas, já que o modo como realizam e consomem a riqueza gerada lhes conferem características peculiares.

PALAVRAS-CHAVE: Produção familiar. Pequena produção. Economia familiar.

1 A QUESTÃO DO CONCEITO

A grande maioria dos conceitos ou classificações empregadas para representar as economias com estrutura de produção familiar traz em seus limites as simplificações de situações particulares, específicas. Diferem entre si, devido aos objetivos para os quais foram criadas ou pelas condições (dados e informações disponíveis) existentes para construí-los. A FAO (?), por exemplo, em estudos fundamentados no Censo Agropecuário

*Prof. Auxiliar DCIS/UEFS). Mestre em Ciências Agrárias - Desenvolvimento Rural (UFBA) - 1999. Email: nery@uefs.br

Universidade Estadual de Feira de Santana – Dep. de Ciências Sociais Aplicadas (DCIS). Tel./Fax (75) 3224-8134 - Av. Transnordestina, S/N, Módulo III - Novo Horizonte - Feira de Santana/BA – CEP 44036-900. E-mail: dcis_uefs@yahoo.com.br

de 1985, publicado em 1996, apresenta uma definição que incorpora como economia de estrutura familiar aquela produção realizada por agricultor e seus familiares mesmo ocorrendo contratação de força de trabalho de terceiros (máximo um empregado permanente).

O Ministério da Agricultura, dentro do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF (BRASIL, 1979), considera como economia familiar aquela produção realizada por famílias de agricultores auxiliadas com a utilização de força de trabalho de até dois empregados permanentes, tendo como limite aquelas famílias que exploram áreas inferiores a quatro módulos rurais estabelecidos em lei. Por outro lado, a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais - CONTAG considera como *familiares* todos os agricultores que trabalham em menos de quatro módulos rurais e que não contratem mão-de-obra permanente.

No semiárido baiano a produção de estrutura familiar é denominada simplesmente de “Pequenos Agricultores”. Com efeito, o nome da Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia - APAEB (1993) – com sedes em cinco municípios e com atuação em mais de vinte – é a síntese do entendimento dos milhares de agricultores, de dezenas de técnicos, Organizações Não-Governamentais (ONGs) e Sindicatos de Trabalhadores/as Rurais (STR) que participaram de alguma forma do processo de criação dessa entidade de maior representatividade dos estabelecimentos rurais de *produção familiar* na região e no estado.

Já nos meios acadêmicos, o tamanho ou a área de terra ocupada não se constitui no item ou elemento de maior importância para a definição conceitual, partindo-se, nos estudos mais avançados, da classificação da força de trabalho empregada na realização da produção (se familiar ou contratada).

Abramovay (1997) corrobora no esclarecimento das diferenças encontradas nas diversas formulações de interpretação e representação do fenômeno, apontando traços e características comuns que indicam para a consensualidade dos conceitos empregados às economias de produção familiar:

A agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tampouco operacional é perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: a definição de agricultura familiar, para fins de atribuição de crédito, pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiares) estão presentes em todas elas. (ABRAMOVAY, p. 222, 1997).

Porém, o entendimento genérico que é dado pelo meio acadêmico ao que se denomina ***economias rurais de produção familiar*** ou simplesmente ***produção familiar rural***, passa necessariamente pelo estudo e compreensão do processo histórico de formação dos estabelecimentos agrários (GORENDER, 1987 e 1990) e da relação da lógica de operacionalidade destes com a lógica de funcionamento do sistema econômico no qual estejam inseridos.

No Brasil, dada a maneira como desencadeou seu processo de colonização, de origem e formação do seu povo e o seu desenvolvimento em geral, pode-se encontrar raízes históricas e formações distintas destas economias (SILVA, 1983). A cada realidade regional se dispõe de um universo de características próprias. A cada universo, marcas históricas diferenciadas a partir da história vivida por cada região em épocas e espaço geográfico diferentes, apesar do permear dos fatos históricos comuns a todo o país. Baiardi (1999) ao efetuar estudos sobre a tipologia da produção familiar apresenta distinções de gêneses entre os agentes dessa produção, caracterizando as linhas mestras de origens e formações distintas dos tipos de economias de produção familiar, hoje encontradas.

2 A LÓGICA DE FUNCIONAMENTO EM CHAYANOV: UMA BASE SEGURA DE CONCEITUAÇÃO

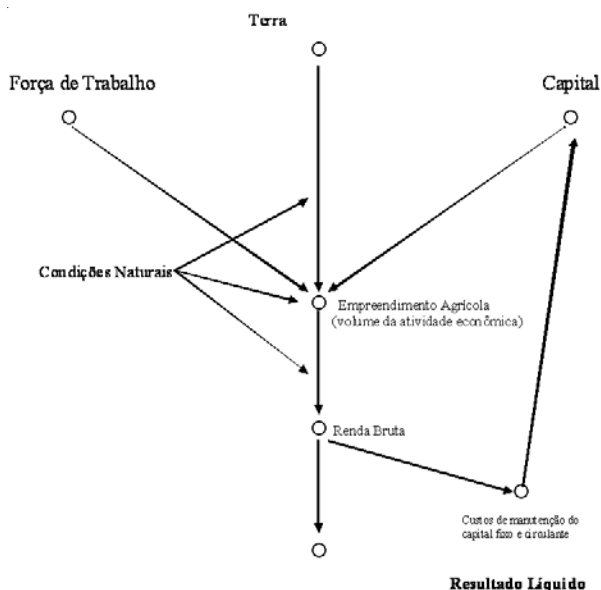
Considerando aspectos da lógica de funcionamento, há traços que identificam de forma genérica as economias de produção familiar, seja no Brasil ou em outra parte do mundo. Ao apresentar obra² de Alexander V. CHAYANOV sobre o estudo da lógica de funcionamentos de estabelecimentos agrários na Rússia, ARCHETTI (in Presentación de La Organización de la Unidad Económica Campesina, Chayanov, 1974) demonstra tanto a importância do estudo quanto caracteriza e introduz noções básicas da lógica de funcionamento desses tipos de estabelecimentos:

[...] entonces, la necesidad de construir una teoría que parta del supuesto de que la economía campesina no es típicamente capitalista, en tanto no se pueden determinar objetivamente los costos de producción por ausencia de la categoría 'salarios'. De esta manera, el retorno que obtiene un campesino luego de finalizado el año económico no puede ser conceptualizado como formando parte de algo que los empresarios capitalistas llaman 'ganancia'. (...) Ya en sus primeros trabajos Chayanov se dedica a demostrar que es imposible evaluar en términos monetarios el valor del trabajo de la familia campesina y que este tipo de cálculos, que puede ser válido desde el punto de vista de la economía nacional, carece de sentido desde la perspectiva de los productores. (ARCHETTI, p??, ano?? In CHAYANOV, p? 1974).

Os princípios que são estabelecidos por Chayanov (1974) para a unidade familiar de exploração econômica não estão presentes unicamente nas unidades econômicas agrárias. Estão presentes, também, em todas as unidades econômicas de trabalho familiar, na qual, o trabalho se relaciona com o desgaste do esforço físico e a renda proporcional gerada por esse esforço. Pode-se tratar de uma unidade econômica artesanal, de granja ou simplesmente qualquer atividade econômica de

trabalho familiar. A aparência de sua natureza é essencialmente familiar, sendo que as estruturas da exploração agrícola e pecuária apresentam e agregam uma série de cortes e peculiaridades. Neste tipo de produção, o trabalho da família é a única fonte de renda não existindo o fenômeno econômico dos salários, e por isso, estando também ausente a lógica capitalista do lucro (KOWARICK, 1977).

Em sua organização, qualquer economia agrícola é descrita pelo seu próprio sistema de funcionamento. De acordo com a definição clássica de Lyudogwskii (in CHAYANOV, 1974), por *sistema* deve-se entender “a maneira de combinar quantitativamente e qualitativamente a terra, a força de trabalho e o capital”. A partir dessa definição pode ser criado um esquema básico de funcionamento (Figura 1) de um empreendimento agrícola qualquer, com objetivo de perceber, em linhas gerais, sua forma de combinação dos fatores produtivos, bem como a lógica estabelecida para o seu funcionamento.



Fonte: CHAYANOV, 1974: Capítulo 3: Los principios básicos de la organización de la unidad económica campesina (p. 97).

Figura 1 - Sistema geral de exploração agrícola

Dentro deste sistema, deve ser considerado que o sentido dado no emprego dos recursos produtivos é assentado na lógica de transformar os recursos naturais em mercadorias que deverão ser levados ao mercado em busca de lucro como forma de acumulação do capital. Não é uma produção voltada para a subsistência, e sim, uma produção voltada para a acumulação capitalista do capital. O fenômeno salário é parte integrante do funcionamento deste sistema, servido inclusive como medida dessa produção. O fator trabalho caracteriza-se como variável, já que o empreendedor poderá contratar a quantidade que julgar necessária para realizar a produção. O tamanho da terra e sua relação com os outros fatores de produção tanto implica no grau de otimização desses recursos, como no resultado do empreendimento:

Es evidente que tanto el tamaño del área de explotación como las proporciones de los factores de producción que intervienen allí no se limitan a un tamaño y una relación óptimas. Se pueden concebir y observar en la realidad numerosas unidades donde se produce una considerable desviación de estas normas óptimas (CHAYANOV, 1974).

No entanto, uma ótima combinação dos recursos produtivos eleva a renda do empreendimento, enquanto que, de forma gradual, qualquer combinação que não esteja maximizada – combinação adequada do tamanho de terra e das proporções ideais dos outros fatores produtivos disponíveis – implica na redução da taxa de ganhos obtidos.

Si un organizador carece de tierra, capital o mano de obra suficiente para desarrollar su unidad de explotación en la escala óptima, la empresa se monta a una escalada menor de acuerdo com el mínimo disponible. Pero cualquiera sea la escala en que se desarrolle la unidade, siempre hay una proporción entre sus partes, y en sus relaciones cierta concordancia peculiar com cada sistema de explotación. Lo determina la necesidad y la conveniencia técnica. Cualquier violación de esta

armonía conduce a una inevitable y perceptible reducción en la productividad del consumo de fuerza de trabajo y capital, puesto que aleja a la unidad de explotación de la óptima concordancia de los factores de producción. Mientras se preserve la proporcionalidad de sus partes y se tienda siempre al tamaño óptimo, la unidad de explotación puede ser efectivamente organizada en los tamaños óptimo más variados. Esto es también absolutamente válido cuando se trata de la organización de una empresa agrícola basada en trabajo asalariado (CHAYANOV, 1974).

Porém, tratando-se de um empreendimento agrícola de produção familiar e tendo como referência os princípios dados por Chayanov, percebe-se que o fator de produção *força de trabalho* caracteriza-se como fixo. Isto porque este fator é definido pela composição e tamanho da família. Logo, não sofre variação na quantidade disponível, não pode diminuir ou aumentar à vontade, como também está sujeito à necessidade de uma correta combinação de todos os fatores de produção disponíveis, partindo a combinação desses fatores exatamente do fator *força de trabalho*.

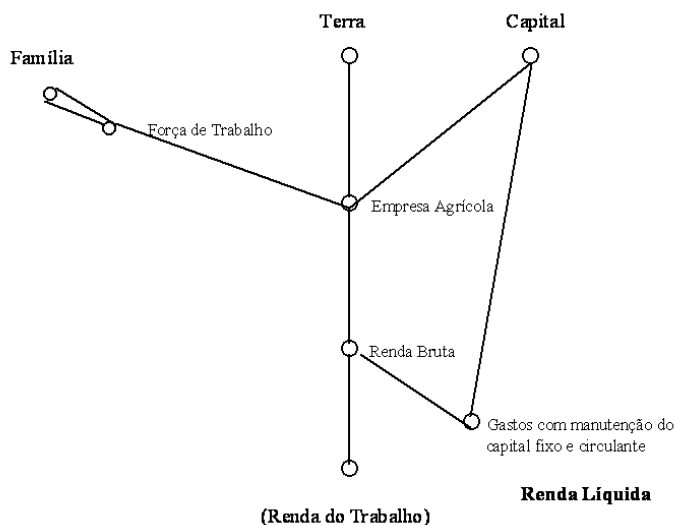
O diagrama já apresentado (Figura 1) toma uma nova forma (Figura 2) e caracteriza um tipo de produção diferenciada e bastante peculiar: a produção familiar.

Neste novo esquema de empreendimento de exploração econômica, a força de trabalho da família é algo dado e os outros elementos produtivos da unidade se ajustam de acordo com esta, em uma harmonia técnica entre todos os fatores. Neste sentido, Chayanov (1974) acentua que:

En situación de libertad para adquirir la área necesaria de tierra cultivable y con la posibilidad de disponer de los medios de producción necesarios, las unidades campesinas de explotación se estructuran para ajustarse al óptimo grado de auto-exploración de la fuerza de trabajo familiar y en un sistema de factores de producción técnicamente óptimo en lo que respecta a su tamaño y a la rela-

ción ente las partes. Cualquier exceso en los medios de producción o en la tierra disponible que supere el nivel técnicamente óptimo constituye una carga excesiva para la empresa. No aumenta el volumen de la actividad porque una intensidad de fuerza de trabajo que sobrepase el nivel establecido para su autoexploración resulta inaceptable para la familia. La productividad debida a un aumento en la intensidad del capital no puede elevarse cuando ya es óptima en sí misma la cuota de abastecimiento que se há logrado (CHAYANOV, 1974).

Figura 2 - Sistema de exploração agrícola da produção familiar



Fonte: CHAYANOV, 1974: Capítulo 3: Los principios básicos de la organización de la unidad económica campesina (p. 98).

No entanto há de se observar que quando a quantidade de terras agricultáveis de um estabelecimento rural com economia de produção familiar for insuficiente para a utilização de toda a força de trabalho da família, considerando constante a parcela de terra e a impossibilidade de ampliação, haverá

tendência a deslocamento de parte da força de trabalho da família para outras atividades, agrárias ou não. Com efeito, neste sentido, é esclarecedor as observações de Chayanov (1974):

Vemos aquí que cuando la tierra es insuficiente y se convierte en un factor mínimo, el volumen de las actividades agrícola para todos los elementos de la unidad de explotación se reduce proporcionalmente, en grado variable pero inexorablemente. Mas la mano de obra de la familia que explota la unidad, al no encontrar empleo en la explotación se vuelca, (...) a actividades artesanales comerciales y a otras actividades no agrícolas para alcanzar el equilibrio económico con las necesidades de la familia que no resultan cubiertas con el ingreso de la unidad o con las ganancias provenientes de las actividades artesanales y comerciales (CHAYANOV, 1974).

O observador, no entanto, alerta para o fato de que não se deve considerar que o volume da atividade agrícola de uma unidade de produção familiar não é uma simples derivação aritmética do tamanho da terra disponível para ser cultivada. Ao utilizar a classificação em um sistema de quadros combinados, Chayanov (1974) compara a influência do tamanho da família (número de elementos em condições de trabalho) e a disponibilidade de capital fixo (instalações, animais de trabalho e equipamentos) com o volume da atividade econômica da unidade de produção familiar, chegando à conclusão de que

“la intensidad de capital para la fuerza de trabajo dado el mismo monto de capital declina notablemente con el aumento del número de trabajadores. A la inversas, con el aumento de capital permaneciendo invariable el tamaño de la familia se produce un aumento en esta intensificación del capital” (CHAYANOV, 1974).

É constatado, pois, que quando a família de agricultores dispõe e maneja uma quantidade maior de capital, vai desenvolvendo naturalmente um volume cada vez maior de atividade agrícola, sendo claro que o aumento da força de trabalho da família, decorrente do aumento do número de seus membros, se traduz em desenvolvimento cada vez maior da atividade agrícola com o mesmo volume de capital. Compensando, desta forma, a sua falta de capital com a intensificação do uso de sua força de trabalho. Percebe-se então, que o capital não é um determinante aritmético do volume de atividade, e sim, uma das condições que dispõe a família. Nesse sentido, é possível aferir que “Cuanto menos capital tiene a su disposición, la familia campesina está en situación de aprovecharlo mejor forzando la intensificación de su fuerza de trabajo.” (CHAYANOV, 1974).

3 A QUESTÃO DA DIFERENCIAÇÃO

O desenvolvimento da economia brasileira, como não poderia deixar de ser, dada a sua inserção no mundo capitalista desde a era mercantilista, traz consigo a marca histórica da evolução capitalista permeado pelas consequências do processo de colonização e posterior formação do mercado nacional. E nesse sentido, a *produção familiar* rural no Brasil, hoje, retrata um resultado composto por uma enormidade de variáveis sociais, políticas e econômicas. Porém, há de se considerar que essa *produção familiar* possui a marca da forma como desenvolveu-se a economia brasileira, apresentado características que as diferenciam de outras *produções familiares* de outros países e mesmo dentre as diversas regiões no Brasil quando observadas suas condições gerais de realização da produção, gênese e desenvolvimento histórico.

Tais diferenças tanto podem ser encontradas nas relações das formas *familiares* de produção com as formas de reprodução do capital de modo capitalista, nas suas gênese da própria produção familiar, nos seus volumes de recursos produtivos disponíveis e condições gerais para realização da produção, nas estratégias de sobrevivência e mesmo nos fenômenos econômicos de compra ou venda de força de trabalho.

Em estudos sobre o desenvolvimento do capitalismo na Rússia, Vladimir Ilich LÊNIN (1870-1924) já observa que: “o processo de decomposição dos agricultores em patrões e operários agrícolas constitui a base sobre a qual se forma o mercado interno na produção capitalista. Praticamente todas as obras que tematizam a situação econômica da agricultura russa no período posterior à reforma assinalam a chamada ‘**diferenciação**’ do campesinato”. LÊNIN (1870-1924)

Constatando a existência de três grupos distintos de camponeses – grupo *superior* (camponeses ricos), grupo *médio* (entre ricos e pobres) e grupo *inferior* (pobres) – a partir dos dados dos censos estatísticos dos *zemstvos*³ e de províncias russas, LÊNIN (1870-1924) afirma que a burguesia da Rússia conjugava à agricultura mercantil a pecuária comercial e, que os ricos camponeses tinham a sua disposição uma quantidade de recursos produtivos bem maior do que os camponeses pobres e médios. A partir daí, demonstra o caráter irreal dos números, com os quais “manipuladores destes números” falam em campesinato na Rússia. Assinala que “o progresso técnico na agricultura se expressa diferentemente, conforme o sistema agrícola e o sistema de cultura”.

Pode ser considerado como perfeitamente natural e compreensível que dispondo os camponeses ricos de técnicas agrícolas sensivelmente superiores à média disponível ao conjunto de camponeses, este grupo dispunham de condições para plantar área de terra maior, plantar e colher em períodos mais oportunos, transportando e comercializando a produção em condições vantajosas com relação aos grupos de camponeses *médios* e *inferiores*. É considerado que os custos de produção, ainda no caso dos camponeses ricos, são decrescente à medida que aumenta a área de exploração econômica:

à medida que aumenta a exploração e a superfície de terra cultivada, os custos da força de trabalho (homens e animais) esse gasto fundamental na agricultura – diminuem progressivamente e, nos grupos que semeiam muito, eles são, por deciatina semeada, quase duas vezes inferiores àqueles dos grupos que semeiam menos (POSTNIKOV, 1891 apud LÊNIN, 1870-1924).

No grupo superior do campesinato é constatado, de forma significativa, a existência de uso de trabalho assalariado. Fato este que estabeleceu **diferenciação** acentuada para os grupos médios e pobres, chegando LÊNIN (1870-1924) à conclusão de ser este grupo, os representantes do capitalismo camponês, isto é, estabelecimento camponês russo fundado no trabalho assalariado.

Quanto ao grupo médio, este grupo situa-se em uma faixa intermediária entre o grupo superior e o inferior. É caracterizado por não ser completamente desprovido de condições de produzir, mas para realizar a produção em suas terras têm que recorrer à associação com outros do mesmo grupo. É um grupo que apresenta uma situação instável e transitória.

Tratando do grupo inferior, este é constituído por camponeses que produzem pouco ou nada, existindo igualdade entre eles. Alguns trabalham como assalariados onde vivem, outros nas regiões circunvizinhas, quase sempre trabalham na própria agricultura, se integrando no proletariado rural.

Após destacar os traços heterogêneos do campesinato russo, LÊNIN (1870-1924) conclui não ser este campesinato uma comunidade rural homogênea, mas sim uma comunidade constituída de camponeses que se diferenciam a partir das suas condições gerais para produzirem e na forma como o fazem.

Partindo da compreensão genérica da **diferenciação** entre os camponeses russos estabelecida a partir dos estudos de LÊNIN, e preenchendo lacuna existente nos estudos brasileiros sobre o tema, Baiardi (1999) sugere a necessidade de classificação de possíveis formas de *agricultura familiar* no Brasil, apresentando cinco grupos distintos que torna possível conceituar e perceber “os tipos” de produção familiar existente no Brasil. A tabela a seguir apresenta síntese da classificação sugerida.

Tabela 1 - Tipologia da Agricultura Familiar no Brasil (*in* BAIARDI)

Tipos	Características Principais	Área Ocorrência	Gênese
A	- o mais tecnificado e mais mercante, é a agricultura familiar <i>farmerizada</i> ; opera em áreas superior a 100 hectares. Utiliza insumos modernos e é intensivamente mecanizado. Propensão à cooperação em projetos de desenvolvimento sustentável e à diversificação da produção com padrão de Qualidade com preocupação no trato do solo.	Áreas de Cerrados	Migração de Pequenos Agricultores
B	- agricultura de integração vertical. Pode ser entendida como "complexo integrador camponês-agroindústria". Diferenciam-se por absorção de novas tecnologias exigidas pela agroindústria e opera em escala média de 50 hectares;	Áreas de implantação de agroindústria em regiões de colonização européia.	Colonos europeus com incorporação de agricultores familiares de outras origens.
C	- Agricultura familiar tipicamente colonial que opera em área inferior a 50 hectares, atividades voltada para horticultura, floricultura, apicultura e fruticultura comercial em pequena escala. Propósito de geração de renda para reprodução e alguma acumulação, além da produção de cereais e pequenos animais para consumo próprio. Não integração à agroindústria, produz para nichos de mercado, produtos <i>in natura</i> ou transformados em planta de processamento familiar, artesanal ou semi-industrial. Escoamento da produção de forma individual ou coletiva. Sensíveis às práticas conservacionista, apresentam elevada propensão à cooperar em projetos locais de desenvolvimento sustentáveis.	Planalto Gaúcho, sul de Minas Gerais, região serrana do Espírito Santo e em algumas áreas Paraná e Santa Catarina.	Relaciona-se à permanência na área original de ocupação colonial de famílias com tradição rural e camponesa.
D	- Agricultura familiar semimercantil. Opera em áreas muito variável, porém, geralmente inferior a 50 hectares. Apresenta alguma diferenciação por consequência de intervenção estatal, que tem levado ao fortalecimento do associativismo e surgimento de pequenas plantas agroindustriais não concorrentes da produção oligopolista de alimentos. Nem sempre é sensível à cooperação em projetos locais de desenvolvimento sustentável, é muito variável. Mantendo-se a sua diferenciação, apresenta possibilidades de que maior parcela, dos agentes que atuam neste tipo, destinem a produção para fins comerciais.	Interior do Nordeste, parte do sudeste poucas áreas do Centro-Oeste e da região Norte.	Em Termos de agentes não tem relação com a imigração européia não Ibérica. Raízes assentadas nos descendentes de homens livres, inclusive nativos e nos descendentes de minoria escrava.
E	- Agricultura familiar desassistida. Configura-se com base em segmentos populacionais dispersos, com maior grau de anomia e descrente das possibilidades de mudar as condições em que vivem. Atuam em áreas geralmente inferiores a 50 hectares com menor dotação de recursos naturais e infraestrutura. Complementam a renda através de políticas compensatórias, por meio de aposentadorias e por meio de remessas regulares de parte da renda conseguida por membros da família que se urbanizaram ou migraram para outras áreas. É o tipo de agente, em princípio, o menos sensível à adoção de práticas conservacionistas e a cooperar em projetos locais de desenvolvimento sustentável.	Em áreas de menor dotação de recursos naturais ou em condições de grande carência de infraestrutura.	Seus agentes possuem, em princípio, a mesma gênese histórica do tipo D.

Fonte: NERY, J.C. de Brito: Dissertação de Mestrado: A Pequena Produção Familiar Rural no Município de Valente-Ba: Realidade e Perspectivas. UFBA.1999.

Nery (1999) observa que os tipos de *produções familiares* encontradas no semiárido baiano enquadram-se, praticamente na sua totalidade, nos tipos **D** e **E**, dentro dos parâmetros da classificação de *produção familiar* sugeridas por Baiardi (1999). E que são pertinentes as constatações efetivadas por LÊNIN (1870-1924) sobre a não homogeneidade das comunidades rurais, estabelecendo-se a diferenciação entre os agentes da produção agrícola familiar.

No município de Valente, as produções familiares estudadas enquadram-se especificamente no tipo **E**. A caracterização efetuada nesta classificação descreve com grau elevado de precisão, ressaltando-se os cuidados por ser uma descrição e análise em dimensões gerais, a realidade encontrada hoje, não somente no município mais em toda a região na qual está inserido (NERY, 1999).

CONCLUSÕES

Infere-se, pois, que a produção familiar é uma forma de realização da produção de maneira distinta de um empreendimento puramente capitalista. Sua lógica de funcionamento diferencia-se da lógica capitalista de produção. Mesmo que, vivendo no contexto do desenvolvimento do capital, mantendo relações com as formas puramente capitalista, a produção familiar guarda as suas particularidades e caracteriza-se por uma forma não-capitalista de produção. Daí pode-se afirmar que as economias de produções familiares, no caso agrária, são aquelas economias de subsistência e que apresentam como principais características os fatos de:

- a) ser administradas por agricultores, proprietários ou não, que dispõem de pequenas parcelas de terra e realizam produção agrícolas e/ou artesanal voltadas para a própria manutenção do estabelecimento, de si e da sua família. Sendo uma produção caracterizada pelo auto-consumo, ou seja, voltada para a subsistência da família e do próprio estabelecimento;

- b) usarem a força de trabalho familiar, podendo, por vezes, disponibilizar de força de trabalho não oriunda da própria família através de atividades coletivas e associativistas, a exemplo de mutirões para a “bata” do milho e do feijão, muito comum no semiárido baiano;
- c) mesmo que a família vá ao mercado para venda de parte ou totalidade de sua produção, ela está voltado para a subsistência da própria família e para manutenção do estabelecimento e das condições de realização de novas produções com o mesmo objetivo;
- d) quando a família contrata força-de-trabalho não o faz sentido estrito da acumulação capitalista, mas sim, com intuito de realizar produção capaz de prover a própria família da garantia consumo de subsistência/manutenção do estabelecimento e, se possível, melhoria no próprio nível de consumo, no aprovisionamento do consumo futuro e na manutenção das condições de produzir.

Logo, a produção familiar é ordenada pela lógica de que os agricultores utilizam a força de trabalho da sua família e dele mesmo. Gera excedente econômico como retribuição ao seu próprio trabalho e da sua família, não como lucro. Esta contribuição é caracterizada e representada pelo consumo de bens e serviços pela própria família. O conceito de *produção familiar*, inclusive, exprime o tipo de produção realizada por agricultores do semiárido baiano. Isto porque sua produção está voltada para a sua subsistência, utilizando mão-de-obra familiar. Parte da sua produção é levada ao mercado sem, no entanto, caracterizar busca ao lucro para a acumulação capitalista do capital, mas sim em busca da subsistência da própria família e do seu tipo peculiar de economia.

FAMILIAR PRODUCTION: THE CONCEPTUAL QUESTION

ABSTRACT — *Farmers with their economies of familiar productive structure are usually named as small producers, small farmers, settlers, peasants, rural workmen and other definitions. Such definitions indicate a peculiar kind of economical activity. The existent differentiation among productive families is a factor that contribute to the complexity and difficulty to establish a concept which may represent an understanding consensus. However, the logic of functioning of these economies – aiming the supplying of these small farmers' family and not of the capitalist way of capital accumulation – indicates a mutual characteristic to their activities as farmers, what make them possible to be classified as economical activities of familiar production. The concept of familiar production, however, includes all definitions which may be assigned to these economical activities developed by small farming families or working families of urban area, taking into account that their way of production and consumption gives them peculiar characteristics.*

KEY WORDS: *Familiar production. Small production. Familiar economies.*

NOTAS

¹ Conceito Lenilista que explica as diferentes possibilidades de acumulação ou não de capital por parte dos agricultores. Lênin demonstra que os agricultores possuem entre si condições diferenciadas para a realização da produção, logo, existem diferentes níveis de possibilidades de acumulação de capital.

² *La Organización de la Unidad Económica Campesina*. Trabalho realizado sob auspício do Instituto de Investigación Científica de Economía Agrícola de Moscou, publicado em 1925 pela Cooperativa Editora. Tradução de Rosa María Rússovich (1974), Ediciones Nueva Visión (SAIC Tucumán 3748), Buenos Aires.

³ *Zemstvos*: formas de auto-administração local sob a égide da nobreza nas províncias centrais da Rússia czarista, criados em 1864.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo, Uma nova extensão para a agricultura familiar. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, 1997, Brasília, DF. **Anais...** Brasília, DF: PNUD, 1997. 222p.

ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS AGRICULTORES DO ESTADO DA BAHIA – APAEB. **Estatuto e Regimento Geral** (com últimas emendas e atualizações). Valente, 1993.

BAIARDI, Amílcar: Formas de agricultura familiar, à luz dos imperativos de desenvolvimento sustentável e de inserção no mercado internacional. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL – SOBER, 37, 1999, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu, 1999.

BRASIL. Ministério da Agricultura: **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF**, Irrigação. PNUD-PROJETO BRA/89/016 Contrato n.139/98. Brasília, DF, 1989. 74p.

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

GORENDER, Jacob. **Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.64p (Revisão, 27).

GORENDER, Jacob. **A Escravidão Reabilitada**. São Paulo: Átila, 1990.

KOWARICK, Lúcio. **Capitalismo e marginalidade na América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. 188p. (Estudos latino-americanos, v.3)

LÊNIN, Vladimir Ilich, **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. Tradução e apresentação de José Paulo Netto; revisão, com base no original russo de Paulo Bezerra. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os economistas)

NERY, de Brito. J. C. **A Pequena Produção Familiar Rural do Município de Valente, Ba: realidade e perspectivas**. Dissertação de Mestrado. UFBA Cruz das Almas.1999.

SILVA, S. Sérgio. **Sobre a Estrutura de Produção no Campo**. In: Desenvolvimento Capitalista no Brasil. n. 2. Ensaio Sobre a Crise. Brasiliense. São Paulo, 1983.

Recebido em: 16/10/2009
Aprovado em: 17/08/2010